



**CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

ETIQUETA

DATA 12/06/2018	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 841, de 2018.			
AUTOR DEPUTADO Weverton Rocha - PDT/MA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
As alíneas "b" e "c" do inciso XI, do caput do art. 26 da Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 26 XI - b) o art. 8º; c) os incisos VI e VIII do caput e o § 1º ao § 10 do art. 56." (NR)				
Justificação				
<p>A Medida Provisória nº 841, de 11 de junho de 2018, dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP que visa, de um lado, estabelecer regime de governança e de prestação de contas dos correspondentes projetos e ações e, de outro, a garantir recursos suficientes à segurança pública em nível nacional, permitindo que possa utilizar parte dos recursos arrecadados com as atuais loterias federais existentes e a totalidade dos recursos arrecadados com a loteria instantânea exclusiva – LOTEEX (modalidade de loteria que se encontra em fase de implementação).</p> <p>A MP nº 841/2018, traz flagrantes prejuízos ao sistema desportivo nacional, que já sofreu e vem sofrendo cortes desde o término dos grandes eventos desportivos realizados no país.</p> <p>A medida retira uma fatia da verba do Ministério do Esporte atingindo desde projetos esportivos de inclusão social até projetos de alto rendimento. Ainda mais grave, retira de imediato os recursos destinados ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), à Fenaclubes, à Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) e à Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), que compõe as principais entidades formadoras da base esportiva brasileira, tanto educacional como alto rendimento. A MP também atinge frontalmente os dois principais gestores do sistema desportivo brasileiro, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), com reduções de pelo menos R\$ 10 milhões anuais para cada.</p> <p>Outro ponto de grande relevância, e que deve ser revisto, são os repasses para as secretarias estaduais de esporte que, com a publicação da desta MP, foram cancelados de imediato, o que inviabilizará a continuidade de projetos esportivos em andamento, bem como o estabelecimento de políticas públicas na área do esporte nos estados da federação.</p> <p>A edição da medida, sem um estudo profundo prévio, e sem qualquer diálogo com as áreas diretamente envolvidas, gera um impacto de consequência desastrosas e danos provavelmente irreparáveis ao esporte nacional. O esporte de base, formador de atletas, e também instrumento de inclusão social, educador e de formação do caráter, será frontalmente atingido com a diminuição e cancelamento dos repasses das loterias. E logo o esporte, instrumento de extrema eficácia na prevenção da criminalidade, e com resultados quase que imediatos.</p> <p>Diante de tais argumentos, apresentamos a seguinte proposta de emenda visando ao reestabelecimento da situação anterior, assim como uma redistribuição mais equânime dos recursos das loterias para sistema desportivo nacional.</p>				
DEPUTADO Weverton Rocha– PDT/MA				
ASSINATURA				

